

# PROMOTOR AFIRMA QUE FUNDAÇÃO RENOVA TRABALHA PARA ATENDER OS INTERESSES DAS EMPRESAS



*Comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, criticam atuação da Renova, que deveria mediar conflitos e agir com objetividade.*

Em audiência pública realizada na última sexta-feira (3), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), participantes fizeram uma série de críticas à atuação da Fundação Renova. A entidade foi criada para mediar o conflito entre as mineradoras Samarco, Vale e BHP, responsáveis pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Bento Rodrigues, em novembro de 2015, e a população afetada pelo crime.

Segundo os convidados da reunião, convocada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG, a Fundação Renova criminaliza e silencia as vítimas do rompimento da barragem; ameaça, persegue e promove assédio e divisão entre as comunidades; ignora os direitos dos atingidos; e adia o cumprimento de acordos.

A entidade é acusada também de se aproveitar da morosidade da Justiça para protelar a reparação de danos às comunidades. De acordo com os debatedores, na prática, a fundação atua mesmo é como defensora dos interesses das mineradoras.

*“A Fundação Renova trabalha para atender aos interesses das empresas, criminalizando, silenciando e negando a subjetividade dos atingidos”, denunciou o promotor Helder Magno da Silva, procurador regional dos Direitos do Cidadão, da Procuradoria Geral da República em Minas Gerais.*

Seu colega Guilherme de Sá Meneghin, da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana, reforçou a denúncia, alegando que a fundação desconsidera os casos de depressão no município, que teriam aumentado muito após a tragédia, recusando-se a aceitar a reparação de danos morais. *“A vulnerabilidade social aumentou e há um grande descuido com a saúde dos atingidos”, declarou.*

Diante dos sucessivos crimes socioambientais, Guilherme Meneghin entende que os legisladores devem elaborar leis específicas para reparação de danos. Nesse sentido, defendeu que a comissão aprove recomendação ao Congresso Nacional para que os parlamentares apresentem projetos de lei que apontem para a punição efetiva dos responsáveis, como forma de prevenir violações de direitos.

Presente à reunião, o deputado federal Rogério Correia (PT-MG) disse que foram apresentados na Câmara dos Deputados nove projetos sobre legislação ambiental, envolvendo segurança e licenciamento de barragens, que devem ir ao Plenário no fim do mês.

**Prefeitos na mira das comissões**

Ainda na última sexta foi iniciada uma audiência pouco depois das 9h30 e concluída às 17h45, após a convocação de uma reunião extraordinária da comissão, com o objetivo de que o debate tivesse prosseguimento.

Autora do requerimento de audiência, a deputada Beatriz Cerqueira (PT) avaliou a reunião como bastante produtiva e destacou a *"iniciativa inédita de ouvir as vítimas de Mariana e Brumadinho sem serem silenciadas por nenhuma das mineradoras"*.

Natural do Vale do Rio Doce, atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão, a deputada Celise Laviola (MDB) disse que a sua região tem menos visibilidade, por estar afastada. *"Mas o sofrimento é imenso, porque perdemos a água, nossa fonte de vida"*, acrescentou.

A presidente da comissão, deputada Leninha (PT), disse entender bem esse sofrimento, porque o povo do Norte do Estado, sua região de origem, também sofre com escassez de água. *"O povo é o verdadeiro guardião da biodiversidade. Estamos juntos em defesa de um modelo de desenvolvimento onde as pessoas tenham mais valor do que o dinheiro"*, afirmou.

Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Barragem de Brumadinho, o deputado André Quintão (PT) também defendeu a busca por um novo modelo no aproveitamento dos recursos naturais. Ele também rechaçou o modelo de mediação de conflitos adotado pela Fundação Renova e disse que a CPI não vai permitir que a situação se repita no caso de Brumadinho.

A deputada Andréia de Jesus (Psol) também criticou a entidade, afirmando que a tarefa de mediação entre empresas e comunidades deveria ser assumida pelo poder público e não por uma instituição de direito privado.

Simone Maria da Silva, da Comissão de Atingidos de Barra Longa (distrito de Mariana), denunciou que a fundação atua no sentido de dividir a comunidade. *"A Renova é um câncer na vida de todos nós, atingidos. Somos perseguidos, ameaçados, criminalizados e marginalizados. O crime não acabou, continua acontecendo todos os dias"*, disse.

A professora da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Tatiana Ribeiro de Souza, disse que a Renova atua com finalidade política, no que foi apoiada pelo representante da Comissão Estadual dos Atingidos do Espírito Santo, Heider José Boza.

A coordenadora do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador, Marta de Freitas, chamou as barragens mineiras de *"bombas atômicas"* porque *"podem estourar a qualquer momento"*.

Até a publicação desta matéria a Fundação Renova não nos retornou.

Foto: Divulgação